Notícias do dia 12 de agosto

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

TRIBUNA DO PLANALTO - GO - PODER
TCE - GO
Alego vota pacote de matérias de deputados na próxima semana 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Legislativo fez 24 deliberações na segunda semana de agosto 5

ROTA JURÍDICA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Juscimar Ribeiro é o novo assessor jurídico da Unipasgo, associação de servidores do Ipasgo 8

Alego vota pacote de matérias de deputados na próxima semana

Com trabalhos conduzidos pelo presidente Lissauer Vieira (PSD), o Plenário do Legis - lativo goiano retomou as suas atividades, na tarde de terça-feira, 2, após o fim do recesso parlamentar do mês de julho. A sessão seguiu ritos regimentais, como a leitura de matérias do expediente, e a apresentação de projetos e requerimentos por parte dos parlamentares.

Em seguida, o presidente anunciou a transferência da pauta da Ordem do Dia, contendo 88 matérias, a maioria assinada por deputados, para a próxima terça-feira, 9.

Ao justificar a decisão, Lissauer chamou a atenção para o prazo estabelecido pela Justiça Eleitoral para a realização das convenções partidárias, período em que todas as legendas devem oficializar a escolha de seus candidatos. "Retornando os trabalhos, após o período de recesso, e compreendendo que todos os deputados da **Alego** estarão em convenções partidárias, ao longo de toda esta semana, vamos transferir a pauta da Ordem do Dia", informou o presidente.

Mesmo se tratando de um semestre em que parte dos esforços dos deputados estaduais estará concentrada na campanha eleitoral (com início oficial em 16 de agosto), os trabalhos da Assembleia Legislativa continuarão sendo realizados, dentro e fora das dependências da Casa. A Mesa Diretora reforça a responsabilidade e o compromisso dos parlamentares goianos com os anseios da população do estado, os quais se empenharão para continuar garantindo políticas públicas em benefício dos municípios.

A sessão ordinária híbrida da terça-feira, 9, terá início às 15 horas, no plenário Iris Rezende do Palácio Maguito Vilela. Os trabalhos poderão ser acompanhados pela população e imprensa pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo site oficial do Parlamento (portal.al.go.leg.br) e, ainda, pelo canal do Youtube.

PAUTA PRÉVIA Poderão ser votadas na sessão ordinária matérias de deputados e do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). Nesse segundo semestre, os parlamentares continuarão realizando as sessões em formato híbrido.

Constam da pauta prévia da Ordem do Dia 88 projetos de autoria parlamentar, sendo 37 em fase de apreciação definitiva e 49 em primeira etapa de votação. Há, também, um projeto de autoria parlamentar em fase de discussão e votação única e outro com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). E, ainda: uma matéria relativa à prestação de contas do **TCE**-GO, referente ao exercício de 2018.

Dentre as matérias de autoria parlamentar, poderá ser aprovado, em definitivo, o reconhecimento do artesanato produzido com Capim do Brejo, no município de Serranópolis, como Patrimônio Cultural Imaterial de **Goiás**. A propositura, de autoria do deputado Delegado Eduardo Prado (PL), consta do processo legislativo de nº 5980/21.

Outra proposta do parlamentar, também voltada ao reconhecimento como patrimônio goiano, trata-se do açafrão, produzido no município de Mara Rosa. O texto está protocolado no processo de nº 4501/21.

Ao defender a importância do reconhecimento do capim do brejo como patrimônio, Prado ressalta a aplicação da matéria prima e importância do artesanato para o município, além de assinalar onde a mesma é produzida e a forma de coleta.

O material é conhecido pela população da região e utilizado há gerações na cobertura de casas e confecções de objetos, como balaios e cestos.

Ao argumentar sobre a necessidade do reconhecimento do açafrão, o legislador assinala a importância econômica para a região, além de ressaltar as propriedades para saúde e aplicações na indústria.

A produção anual da raiz em Mara Rosa é de cerca de 5 mil toneladas em 250 hectares de área plantada. Segundo a Cooperativa de Produtores de Açafrão de Mara Rosa (Cooperaçafrão), estima-se que 200 agricultores vivam da cultura, com geração de 800 empregos diretos. A região é responsável por cerca de 90% da produção goiana, representando 26% da produção nacional.

SAúDE INFANTIL Também poderão ser votadas, em fase definitiva, matérias voltadas ao bem-estar das crianças. De autoria do deputado Bruno Peixoto (UB),

a proposição de nº 7483/19 tem o objetivo de tornar obrigatória a realização do teste do bracinho em crianças a partir de 3 anos. A medida visa assegurar a identificação de quaisquer problemas relacionados à hipertensão arterial e à sua alteração e, ainda, a realização do tratamento adequado.

Outra propositura visa instituir o Programa de Higiene Bucal no Currículo Escolar do Ensino Infantil e Fundamental na Rede Pública de **Goiás**. A iniciativa tem o objetivo de auxiliar na diminuição de um dos problemas que afligem a população, desde crianças a adultos, que é o descuido com a saúde da boca e dos dentes.

O texto é de autoria do deputado Wagner Neto (PRTB) e se encontra protocolado sob o processo legislativo de nº 3965/19. Na matéria, o propositor acentua a comprovação de que o desenvolvimento de projetos de higiene bucal, por meio de fluoretação e escovação, trazem significativos resultados de excelente aproveitamento.

COOPERATIVISMO Dentre as proposituras que poderão ser votadas em segunda fase está a de nº 0901/22, que objetiva promover o avanço do setor cooperativista em **Goiás**. A matéria, assinada pelo presidente da **Alego**, Lissauer Vieira (PSD), faz alterações na Lei n° 15.109, de 2 de fevereiro de 2005, a Lei n° 18.364, de 10 de janeiro de 2014, e a Lei nº 20.787, de 3 de junho de 2020.

A propositura estabelece as diretrizes e os objetivos para o cooperativismo, com um conjunto de regras voltadas para o incentivo à atividade cooperativista e ao seu desenvolvimento em **Goiás**. A iniciativa tem a finalidade de criar um conjunto de atividades que serão exercidas pelo poder público e instituições privadas, que beneficiarão, direta ou indiretamente, todos os ramos do setor cooperativista no desenvolvimento social, econômico e cultural.

Lissauer Vieira transferiu a Ordem do Dia devido ao prazo da Justiça Eleitoral para que os partidos realizem suas convenções

Site: https://tribunadoplanalto.com.br/wp-content/uploads/2022/08/TRIBUNA-DO-PLANALTO-07-08-12-paginas.pdf

Legislativo fez 24 deliberações na segunda semana de agosto

Deputados estaduais realizaram duas sessões ordinárias na semana, com apresentação de matérias, requerimentos e debates, concretizando 24 deliberações, sendo 10 em fase definitiva. A Casa promoveu, também, 3 sessões solenes para homenagens, 3 reuniões de comissões, uma audiência pública e um seminário. A sociedade e a imprensa puderam acompanhar as atividades ao vivo, em transmissão pela TV **Alego** (canais 3.2 da TV aberta, 8 da NET Claro e 7 da Gigabyte Telecom), pelo portal.al.go.leg.br e pelo canal do Youtube.

A Assembleia Legislativa de **Goiás** (**Alego**) encerrou a segunda semana de trabalhos do mês de agosto com duas sessões ordinárias realizadas. Nos encontros, além de apresentação de matérias, requerimentos e debates, os parlamentares promoveram, também, 24 deliberações, sendo que dez destas matérias apreciadas foram votadas em fase definitiva. Além disso, a Casa promoveu, no decorrer da semana, três sessões solenes, para homenagear pessoas que colaboram com o engrandecimento de **Goiás**, três reuniões de comissões, uma audiência pública e um seminário.

Plenário

Durante as deliberações em Plenário, os deputados puderam apreciar projetos de lei de autoria parlamentar e duas matérias oriundas do Poder Executivo. Destaque para matéria, aprovada em segunda e definitiva fase de votação, que visa incentivar o uso de energia solar na matriz energética do estado e reduzir a demanda de energia elétrica em horários de pico de consumo.

Em justificativa à sua iniciativa, o autor, deputado Wagner Camargo Neto (PRTB), defende a criação de uma nova racionalidade de consumo energético para o setor residencial em **Goiás**. Nosso estado, a exemplo de outros, sofre com os períodos de estiagem que, além de causar impactos ambientais, afetam as represas geradoras de energia , alerta Wagner Neto. Segundo o parlamentar, as hidrelétricas respondem atualmente por 80% da produção e abastecimento do setor.

A preocupação com o estímulo à produção fotovoltaica é um tema recorrente em outros vários projetos em tramitação na Casa. Porém, legislação correlata à propositura de Wagner Neto já se encontra em vigor desde 2009. Esta, inclusive, é alvo da modificação inscrita numa proposta do deputado Lucas Calil (MDB). Nela, o legislador defende a inclusão do setor agrícola nos objetivos da atual Política Estadual de Incentivo ao Aproveitamento da Energia Solar.

Protocolada na Casa Sob o nº 2148/19 , a iniciativa segue, agora, para apreciação do governador Ronaldo Caiado (UB). A matéria foi apensada ao processo nº 4726/19 , de Lucas Calil.

Os dois projetos da Governadoria apreciados durante a semana foram aprovados em primeira votação. O primeiro deles é o de nº 10257/22 . Seu texto autoriza o Poder Executivo a alienar, mediante doação onerosa, ao município de Jaupaci, imóvel onde funcionou o Colégio Estadual Joaquim Francisco Victor. O edifício foi avaliado em R$ 120 mil, conforme laudo emitido pela Gerência de Vistoria da Superintendência Central de Patrimônio, órgão que integra a Secretaria de Estado da Administração (Sead).

Segundo o texto do projeto, o bem se destina à construção de feira coberta para atendimento aos pequenos produtores residentes em assentamentos rurais do município beneficiado. Para a efetivação desse objetivo, o edifício deverá contar, ainda, com a realização de investimentos municipais, que deverão ser executados no prazo de dois anos.

A doação conta com validação da Coordenação Regional de Iporá. O órgão atesta que a clientela da rede estadual de ensino do município de Jaupaci será totalmente atendida no Colégio Estadual Getúlio Vargas. A matéria segue agora para segunda votação.

O outro projeto é o 10319/22 , que autoriza o Executivo a adquirir imóveis doados, com ou sem ônus, por diversos municípios. Nestes incluem-se, patrimônios situados nas seguintes localidades: Campo Limpo, Caturaí, laciara, Mambaí, Monte Alegre, Montividiu do Norte, Nova Roma, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto, Vila Boa e Vila Propício.

Ambas matérias precisam, ainda, serem submetidas a mais um turno de votação em plenário e, se forem aprovadas, seguirão para a sanção do governador

Ronaldo Caiado (UB).

Além da apreciação de matérias, as sessões plenárias também serviram para que fossem protocoladas no Legislativo goiano, durante a semana, 35 novas matérias. Dentre elas estão processos de grande relevância para o bom andamento do estado, como, por exemplo, convênios de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), projetos de lei ordinária e complementar, e vetos do Poder Executivo.

Sessões solenes

Foram três sessões solenes realizadas na semana, todas para homeagear pessoal das forças de segurança pública. A primeira foi idealizada pelos deputados Zé da Imperial (MDB) e Delegado Humberto Teófilo (Patriota), na noite de quarta-feira, 10. A segunda foi proposta pelo deputado Jeferson Rodrigues (Republicanos), na noite de quinta-feira, 11. Já a terceira sessão solene foi realizada na manhã de sexta-feira, 12, por solicitação do deputado Humberto Teófilo.

Audiência Pública

Na quinta-feira, 11, foi a vez da **Alego** dar espaço para o debate sobre "paridade de gênero e equidade racial nos tribunais". Por iniciativa da deputada Lêda Borges (PSDB) o tema foi abordado na Casa com a participação de diversos representantes da sociedade organizada ligados ao assunto.

O evento foi realizado no auditório das comissões técnicas do Palácio Maguito Vilela, por sugestão da presidente da Organização não Governamental (ONG) Paridade de Verdade, Eclair Nantes, e pela autora do projeto "Paridade Já", Valentina Jungmann Cintra.

Ambos projetos se inserem na luta pela igualdade de gênero e raça nas listas sêxtuplas que são apresentadas para a escolha dos nomes reservados para o chamado 5º Constitucional. Trata-se de um dispositivo da Constituição Federal criado para renovar a composição dos tribunais superiores com a integração de advogados e procuradores, que passam a atuar com os demais membros, que são juízes de carreira.

Em 2020, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) aprovou matéria que estabelece alteração para 50% nos percentuais de participação para candidaturas de cada gênero e cria cota de, no mínimo, 30% de advogados e advogadas negros nas chapas. Essa igualdade deve ser alcançada em todos os setores da Ordem: Conselho Federal, Conselho Seccional, Subseções e Caixas de Assistência.

Por isso, as seccionais da OAB em São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Pernambuco já se posicionaram sobre o tema ao aprovar lista sêxtupla respeitando igualdade de 50% quanto ao gênero e reserva de 30% de indicações a profissionais negros. Em **Goiás**, contudo, ainda não houve nenhum debate ou ação no sentido de adotar tais medidas, o que irá mudar com a audiência pública a ser realizada em agosto.

Seminário

Na manhã de terça-feira, 9, a Casa foi palco de seminário que tratou sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). O evento teve servidores da Casa como público-alvo, e foi ministrado pelo professor e analista legislativo na Câmara dos Deputados, Carlos Moreira Nassur.

O objetivo principal do evento era instruir o servidor a trabalhar corretamente com dados pessoais. Procuradora da **Alego** e coordenadora dos trabalhos envolvendo a LGPD, Regiani Marcondes pontuou que por se tratar de uma lei nova, ainda existem dúvidas relacionadas ao tema.

Ela ressaltou, ainda, que mesmo com vários benefícios pelo aperfeiçoamento de serviços proporcionados pela inclusão de dados pessoais, também existe a questão de exposição pessoal, o que pode contribuir para a perda de privacidade.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da próxima semana na terça-feira, 16. Na Ordem do Dia, constam matérias que contemplam iniciativas do Poder Executivo, de parlamentares e do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO). A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido.

Dentre as matérias em pauta, destaque para o projeto de lei nº 3965/19 , de autoria do deputado Wagner Neto (PRTB), que institui o Programa de Higiene Bucal no currículo escolar dos ensinos infantil e fundamental da rede pública de **Goiás**.

O texto da propositura destaca que as ações governamentais para a implementação do programa poderão ser desenvolvidas em parceria com faculdades de odontologia e organizações não governamentais.

Na justificativa da propositura, Wagner Neto explica que o desenvolvimento de projetos de higiene bucal, por meio de fluoretação e escovação, trazem significativos resultados. "O projeto tem como objetivo auxiliar na diminuição de um dos problemas que afligem a população, desde crianças a adultos, que é o descuido com a saúde da boca e dos dentes", ressalta.

Ele afirma que é justamente por meio da higienização ou da escovação que diversas doenças bucais podem ser evitadas. "Diversas doenças podem ser causadas por infecções que começam na boca, afetando todo o organismo humano. Por isso, o Programa de Higiene Bucal é tão relevante, pois ensina a forma correta da escovação e o desenvolvimento do hábito da higienização e saúde bucal diária", sustenta o parlamentar.

A proposta está em fase de segunda discussão e votação e caso seja aprovada na ocasião, seguirá para sanção do governador Ronaldo Caiado. Para mais informações sobre as matérias em pauta para a sessão desta terça-feira, 16, consulte a pauta prévia .

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:
https://portal.al.go.leg.br/noticias/126890/legislativo-fez-24-deliberacoes-na-segunda-semana-de-agosto

Juscimar Ribeiro é o novo assessor jurídico da Unipasgo, associação de servidores do Ipasgo

O advogado Juscimar Ribeiro é o novo assessor jurídico da Associação dos Servidores do Ipasgo (Unipasgo). O profissional foi contratado para prestar serviços na área de Direito Administrativo, para atuar na orientação e acompanhamento jurídico de interesse da associação. Ele foi apresentado à categoria no último dia 6 de agosto, durante confraternização em comemoração ao aniversário de oito anos da entidade.

Segundo Juscimar Ribeiro, é importante que as entidades classistas, sejam as associações e os sindicatos representativos dos servidores públicos, tenham uma assessoria jurídica adequada à necessidade e realidade da entidade e da categoria que representa.

"Representar uma categoria tão qualificada é uma tarefa que muito me motiva, tendo em vista que o Ipasgo atende centenas de milhares de vidas de servidores públicos e seus familiares, e tem demandas funcionais muito importantes", ressalta Juscimar Ribeiro.

Entre as demandas jurídicas a serem trabalhadas na Unipasgo, segundo o advogado, estão a discussão sobre progressão na carreira; modificação do seu Plano de Carreira e Remuneração (PCR); e por conta de decisão do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), a perspectiva de mudança da natureza jurídica do Ipasgo.

Site: https://www.rotajuridica.com.br/juscimar-ribeiro-e-o-novo-assessor-juridico-da-unipasgo-associacao-de-servidores-do-ipasgo/